

**REGULAMENTO DO**  
**RIZA MEYENII FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ESTRATÉGIAS**  
CNPJ nº 37.087.653/0001-60

**CAPÍTULO I – DAS DEFINIÇÕES**

**1.1.** Para fins do disposto neste Regulamento, as expressões iniciadas em letra maiúscula neste Regulamento terão os significados a elas atribuídos neste Capítulo I, exceto se de outra forma expressamente indicado. Além disso, (a) quando exigido pelo contexto, as definições contidas neste Capítulo I aplicar-se-ão tanto ao singular quanto ao plural e o masculino incluirá o feminino e vice versa; (b) referências a qualquer documento ou outros instrumentos incluem todas as suas alterações, substituições, consolidações e respectivas complementações, salvo se expressamente disposto em contrário; (c) referências a disposições legais serão interpretadas como referências a tais disposições conforme alteradas, estendidas, consolidadas ou reformuladas; (d) salvo se de outra forma expressamente estabelecido neste Regulamento, referências a itens ou anexos aplicam-se a itens ou anexos deste Regulamento; (e) todas as referências a quaisquer partes incluem seus sucessores, representantes e cessionários autorizados; e (f) salvo disposição em contrário, todos os prazos previstos neste Regulamento serão contados na forma prevista no Artigo 224 do Código de Processo Civil, isto é, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

**“Administrador”:** **BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**, instituição com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, inscrita no CNPJ sob o nº 59.281.253/0001-23, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e autorizada pela CVM para a atividade de administração de carteiras de valores mobiliários, de acordo com o Ato Declaratório nº 8.695, de 20 de março de 2006;

**“Afiliada(s)”:** a(s) Pessoa(s), (i) direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, (ii) direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, e/ou (iii) sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;

**“Agente de Cobrança”:** significa o Gestor, quando referido na qualidade de agente de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, contratado nos termos do Artigo 24, inciso XI, alínea (d) e do Artigo 39, inciso IV, ambos da Instrução CVM 356;

**“Agente”:** qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;

**“Alocação Mínima de Investimento”:** tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3 deste Regulamento;

**“Assembleia Geral”:** a Assembleia Geral do Fundo, Ordinária ou Extraordinária;

**“Assembleia Geral Extraordinária”:** a Assembleia Geral do Fundo convocada para deliberar sobre quaisquer matérias que não as matérias de Assembleia Geral Ordinária;

**“Assembleia Geral Ordinária”**: a Assembleia Geral do Fundo realizada anualmente, até 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social do Fundo, especificamente para deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo;

**“Ativos”**: os Direitos Creditórios Elegíveis, os Ativos Financeiros e os Ativos Recuperados, quando referidos em conjunto;

**“Ativos Financeiros”**: **(i)** títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; **(ii)** operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no inciso (i) acima; **(iii)** cotas de fundos de investimento de renda fixa referenciado à Taxa DI, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados no inciso (i) acima, bem como cujas políticas de investimento apenas admitam a realização de operações com derivativos para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas; sendo certo que os investimentos em todos os ativos mencionados nesta definição deverão ser realizados com e/ou emitidos por Instituições Financeiras Autorizadas;

**“Ativos Recuperados”**: os ativos que poderão, eventualmente, integrar a carteira do Fundo, de forma passiva, em decorrência dos processos de recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis inadimplidos, nos termos do item 4.9 deste Regulamento;

**“B3”**: **B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO**, instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de depositário eletrônico de ativos escriturais e liquidação financeira, com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, nº 48, Centro, CEP 01010-901;

**“BACEN”**: Banco Central do Brasil;

**“Benchmark”**: é o parâmetro de rentabilidade atribuído às Cotas Seniores, equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de 3,50% a.a. (três e meio por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;

**“Cedentes”**: as pessoas físicas e jurídicas que (i) alienarem Direitos Creditórios ao Fundo conforme os procedimentos adotados pelos mercados organizados em tais Direitos Creditórios estejam registrados e/ou depositados para negociação; ou (ii) os emissores de Direitos Creditórios quando, o Fundo adquirir Direitos Creditórios de forma primária, por meio de subscrição, conforme aplicável;

**“Cédulas de Crédito à Exportação”**: as cédulas de crédito à exportação emitidas nos termos da Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada;

**“Cédulas de Crédito Bancário”**: as cédulas de crédito bancário emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada;

**“Cédulas de Crédito Imobiliário”**: as cédulas de crédito imobiliário emitidas nos termos da Lei nº 9.514, de 17 de agosto de 1997, conforme alterada;

**“Cédulas Imobiliárias Rurais”**: as cédulas imobiliárias rurais emitidas nos termos da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, conforme alterada;

“Certificados de Depósito Agropecuário”: os certificados de depósito agropecuário emitidos nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;

“Certificado de Cédula de Crédito Bancário”: os certificado de cédula de crédito bancário emitidos nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada;

“Certificados de Depósito Bancário Vinculadas”: as cédulas de depósito bancário, emitidas nos termos da Lei nº 13.986, de 7 de abril de 2020, conforme alterada, e da Resolução CMN nº 2.921, de 17 de janeiro de 2002, conforme alterada;

“Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio”: os certificados de direitos creditórios do agronegócio emitidos nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;

“Certificados de Recebíveis do Agronegócio”: os certificados de recebíveis do agronegócio emitidos nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada, instituídos no regime fiduciário, nos termos da legislação aplicável;

“Certificados de Recebíveis Imobiliários”: os certificados de recebíveis imobiliários emitidos nos termos da Lei nº 9.514, de 17 de agosto de 1997, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 414, instituídos no regime fiduciário, nos termos da legislação aplicável;

“Classe”: significa a classe de Cotas Seniores e a classe de Cotas Subordinadas, quando referidas indistintamente;

“Classe Específica”: classe adicional de Cotas e a ser emitida pelo Fundo, nos termos do item 20.1 deste Regulamento;

“CMN”: Conselho Monetário Nacional;

“CNPJ”: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia;

“Código ANBIMA”: o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros, elaborado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, conforme sua versão vigente desde 23 de maio de 2019;

“Código de Processo Civil”: a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada;

“Cotas”: as cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, emitidas pelo Fundo nos termos deste Regulamento, quando referidas em conjunto e indistintamente;

“Cota Base”: significa, para fins de cálculo da Taxa de Performance eventualmente devida: **(i)** o Valor Unitário da Cota logo após a última cobrança de Taxa de Performance efetuada; ou **(ii)** o Valor Unitário da Cota quando de sua integralização, nas seguintes hipóteses: (a) caso o Fundo não tenha efetuado nenhuma cobrança de Taxa de Performance desde sua constituição; (b) para as Cotas integralizadas após à última cobrança de Taxa de Performance; e (c) na hipótese de o Valor Unitário

da Cota quando das apurações anteriores da Taxa de Performance, ser inferior ao Valor Unitário da Cota quando de sua integralização;

“Cotas Seniores”: são as cotas de classe sênior emitidas pelo Fundo;

“Cotas Subordinadas”: são as cotas de classe subordinadas emitidas pelo Fundo;

“Cotas Em Circulação”, “Cotas Seniores Em Circulação” e “Cotas Subordinadas Em Circulação”: são, conforme o caso, as Cotas Seniores e/ou Cotas Subordinadas que se encontrem integralizadas e que ainda não tenham sido objeto de resgate;

“Cotistas”: os titulares das Cotas, sendo que a condição de Cotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriurador, de conta de depósito em nome dos Cotistas;

“CPF”: Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Economia;

“CPR Financeiras”: as cédulas de produto rural financeiras, emitidas nos termos do Art. 4º-A da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, conforme alterada;

“Crítérios de Elegibilidade”: critérios a serem observados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definidos no item 5.1 do Capítulo V;

“Custodiante”: **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, localizada à Praia de Botafogo, n.º 501, 5º andar (parte), Torre Corcovado, Botafogo, CEP 22250-040, Brasil, e inscrita no CNPJ/ME sob o número 30.306.294/0001-45;

“CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;

“Data de Aquisição”: Data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente, em moeda corrente nacional, nos termos do respectivo instrumento de cessão de Direitos Creditórios e/ou boletim de subscrição, excetuadas as hipóteses de transmissão da propriedade do título ocorram exclusivamente por endosso ou mercado organizado, nos termos da legislação regulamentação aplicáveis;

“Data de Emissão”: cada data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Cotas, em moeda corrente nacional, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;

“Data de Solicitação de Resgate”: significa qualquer Dia Útil em que um Cotista solicite o resgate de suas Cotas, desde que observados os horários estabelecidos, periodicamente, pelo Administrador;

“Debêntures”: as debêntures não conversíveis emitidas nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, incluindo as debêntures emitidas nos termos da Resolução CMN nº 2686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 281, de 4 de junho de 1998, conforme alterada;

**“Depósitos a Prazo com Garantia Especial”**: depósitos a prazo com garantia especial do FGC (DPGE), nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.688, de 25 de setembro de 2018, conforme alterada;

**“Devedores”**: os devedores dos Direitos Creditórios;

**“Dia Útil”**: qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional ou, ainda, um dia em que instituições financeiras no Brasil sejam obrigadas ou autorizadas a permanecerem fechadas. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos, nos termos deste Regulamento, não sejam Dias Úteis, considerar-se-á como a data do referido evento o Dia Útil imediatamente subsequente;

**“Direitos Creditórios Elegíveis”**: Direitos Creditórios que, cumulativamente: (i) atendam, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) não sejam Direitos Creditórios apenas passíveis de aquisição por fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, nos termos da Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada;

**“Direitos Creditórios Inadimplidos”**: os Direitos Creditórios, de titularidade do Fundo, que se encontrem vencidos e não pagos;

**“Direitos Creditórios”**: significam os direitos creditórios adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, nos termos deste Regulamento;

**“Documentos Comprobatórios”**: São os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, podendo ser (i) emitidos em suporte analógico; (ii) emitidos a partir de caracteres criados em computador ou meio técnico equivalente e de que conste a assinatura do emitente que utilize certificado admitido pelas partes como válido; ou (iii) digitalizados e certificados nos termos constantes em lei e regulamentação específica;

**“Empresa de Auditoria”**: uma das seguintes empresas: (i) PriceWaterhouseCoopers; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu; (iii) Ernst & Young; (iv) KPMG; ou (v) outra empresa que não esteja indicada nos itens (i) a (iv) acima, sendo que neste caso deverá ser aprovada em Assembleia Geral Extraordinária;

**“Encargos do Fundo”**: os encargos do Fundo previstos no item 18.1 deste Regulamento;

**“Evento(s) de Avaliação”**: as consequências decorrentes da renúncia do Administrador e/ou do Gestor, em não ocorrendo a assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento;

**“Evento(s) de Liquidação”**: os eventos de liquidação descritos no item 17.417.4 deste Regulamento;

**“FGC”**: Fundo Garantidor de Créditos;

**“Fundo”**: **RIZA MEYENII FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ESTRATÉGIAS**, que será administrado pelo Administrador e gerido pelo Gestor;

**“Gestor”**: **RIZA GESTORA DE RECURSOS LTDA.**, inscrito no CNPJ/ME sob o número 12.209.584/0001-99, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, localizado à Rua Elvira Ferraz, 68, 5º andar, Vila

Olímpia, devidamente autorizado à prestação dos serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários por meio do Ato Declaratório número 11.461, expedido em 20 de dezembro de 2012;

“Instituições Financeiras Autorizadas”: Instituições financeiras que sejam classificadas autorizadas a operar pelo Bacen;

“Instrução CVM 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;

“Instrução CVM 555”: Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, e suas alterações posteriores;

“Investidores Qualificados”: os investidores considerados qualificados, nos termos do Artigo 12 da Resolução CVM 30;

“Maioria Absoluta”: Cotistas representando 50% (cinquenta por cento) da totalidade das Cotas emitidas e subscritas mais 1 (uma) Cota, sendo certo que no caso de número ímpar de Cotas, a maioria será o primeiro número inteiro após a metade mais 1 (uma) Cota;

“Letras de Câmbio”: letras de câmbio emitidas nos termos do Decreto nº 2.044, de 31 de dezembro de 1908, conforme alterado;

“Letras de Arrendamento Mercantil”: Letras de Arrendamento Mercantil emitidas nos termos da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008, conforme alterada;

“Letras de Crédito do Agronegócio”: as Letras de Crédito do Agronegócio emitidas nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;

“Letras de Crédito Imobiliário”: as letras de crédito imobiliário emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada;

“Letras Financeiras”: as letras financeiras emitidas nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada;

“Letras Financeiras Elegíveis - Capital Complementar” e “Letras Financeiras Elegíveis - Nível II”: as Letras Financeiras que atendam, respectivamente, ao disposto no Art. 3º da Circular BACEN nº 3.963, de 24 de setembro de 2019, conforme alterada;

“Letras Hipotecárias”: as letras hipotecárias emitidas nos termos da Lei nº 107.684, de 2 de dezembro de 1988, conforme alterada;

“Letras Imobiliária Garantida”: as letras imobiliárias garantidas emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada;

“Notas Promissórias”: as notas promissórias distribuídas publicamente, nos termos da Instrução CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, conforme alterada;

**“Notas de Crédito à Exportação”**: as notas de crédito à exportação emitidas nos termos da Lei nº 6.313, de 16 de dezembro de 1975, conforme alterada;

**“Obrigações do Fundo”**: são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento, na legislação e na regulamentação aplicáveis, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, do resgate das Cotas e as obrigações decorrentes das operações do Fundo e de condenações judiciais, se houver;

**“Patrimônio Líquido”**: valor em Reais correspondente à soma algébrica do caixa disponível do Fundo com o valor dos Ativos de titularidade do Fundo e eventuais valores a receber, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do fundo elencados no item 18.1 abaixo, e as provisões realizadas pelo Administrador, nos termos deste Regulamento e da regulamentação aplicável;

**“Pessoas”**: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo (i) qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta; (ii) qualquer modalidade de condomínio; e (iii) qualquer universalidade de direitos;

**“Política de Investimento”**: a política de investimento do Fundo, prevista no Capítulo IV deste Regulamento;

**“Prazo de Duração”**: tem o significado que lhe é atribuído no item 16.1 deste Regulamento;

**“Prospecto”**: significa o prospecto do Fundo, elaborado nos termos da regulamentação aplicável;

**“Razão de Garantia”**: é o resultado mínimo obrigatório da divisão de (a) o somatório do valor de todas as Cotas Subordinadas Em Circulação, por (b) o valor total do Patrimônio Líquido, expresso na forma percentual, a ser apurado todo Dia Útil pelo Administrador;

**“Regulamento”**: este regulamento do Fundo;

**“Reserva de Despesas”**: tem o significado que lhe é atribuído no item 15.1(i) deste Regulamento;

**“Resolução CMN 2.907”**: Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, conforme alterada;

**“Resolução CVM 30”**: Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 20281;

**“SELIC”**: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

**“Taxa de Administração”**: a remuneração devida ao Administrador, nos termos do Capítulo VIII deste Regulamento;

**“Taxa de Performance”**: a taxa de performance descrita no item 8.2 deste Regulamento;

**“Taxa DI”**: as taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br));



**“Termo de Adesão”**: termo de adesão e ciência de risco, a ser firmado pelos Cotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento, declarando, inclusive, sem se limitar a, ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das Cotas, quando aplicável;

**“Valor Unitário”**: o valor individual das Cotas, equivalente a R\$ 1,00 (um real), na primeira Data de Emissão da respectiva Classe, calculado todo Dia Útil para efeito da definição de seu valor de integralização e resgate, observados os procedimentos deste Regulamento;

**“Warrants Agropecuários”**: os warrants agropecuários emitidos nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada;

## **CAPÍTULO II – DO FUNDO**

**2.1. O RIZA MEYENII FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ESTRATÉGIAS** é um fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto, regido por este Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356.

**2.1.1.** Cada classe de Cotas do Fundo será destinada à aplicação exclusivamente por Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação aplicável, que sejam fundos geridos pelo Gestor, que estejam vinculados por interesse único e indissociável, subscrevam termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das cotas subscritas.

**2.2.** O Patrimônio Líquido do Fundo será formado por duas classes de Cotas, a saber, Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, não se admitindo sua divisão em séries de Cotas.

**2.3.** O valor mínimo de subscrição de Cotas quando do ingresso do Investidor Qualificado como Cotista é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Não existem valores mínimos ou máximos para novas aplicações ou pedidos de resgate, tampouco para manutenção de investimentos no Fundo.

**2.4.** Nos termos das Regras e Procedimentos ANBIMA para Classificação do FIDC nº 08, de 23 de maio de 2019, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, o Fundo classifica-se como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, do tipo ANBIMA “Outros”, com foco de atuação em “*Multicarteira Outros*”.

## **CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO**

**3.1.** O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.



## CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

**4.1.** O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Ativos Financeiros.

**4.2.** Observada a responsabilidade do Custodiante, em relação à guarda dos Documentos Comprobatórios e à verificação do atendimento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade quando de sua aquisição pelo Fundo, nos termos do item 5.1 abaixo, o Administrador, o Custodiante, o Gestor e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem: (i) pela solvência dos Devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, (ii) pelo pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo, ou (iii) por sua existência, liquidez e correta formalização.

**4.3.** Observado o disposto no Artigo 40 da Instrução CVM 356, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) ("Alocação Mínima de Investimento") de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

**4.3.1.** A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios ou Ativos Recuperados será necessariamente alocada em Ativos Financeiros.

**4.3.2.** É facultado ao fundo, ainda, realizar operações em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, nos termos do parágrafo segundo, inciso II do Artigo 40 da Instrução CVM 356.

**4.4.** Nos termos dos Artigos 40-A e 40-B da Instrução CVM 356, o Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, que excedam 20% (vinte por cento) de seu Patrimônio Líquido.

**4.4.1.** Os limites de concentração descritos no item 4.4 acima apenas poderão ser excedidos se **(a)** tal Devedor ou coobrigado for *(a.i)* uma sociedade registrada na CVM como uma companhia aberta; *(a.ii)* uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo BACEN; ou *(a.iii)* uma sociedade cujas demonstrações financeiras relativas ao exercício fiscal imediatamente anterior à data de constituição do Fundo tenham sido preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Lei nº 6.404, de 17 de dezembro de 1976, conforme alterada, e auditadas por um auditor independente registrado junto à CVM, dispensadas as disposições do Artigo 40-A, parágrafo 3º, da Instrução CVM 356, tendo em vista as demais características do Fundo; **(b)** os Direitos Creditórios forem decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e/ou de suas autarquias e fundações; e/ou **(c)** se tratar de aplicações em *(b.i)* títulos públicos federais; *(b.ii)* operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais; e *(b.iii)* cotas de fundos que possuam como política de investimento a alocação exclusiva nos títulos a que se referem os itens *(b.i)* e *(b.ii)* acima, inclusive fundos de investimento administrados pelo Administrador e/ou geridos pelo Gestor.

**4.5.** É vedado ao Administrador, ao Gestor e ao Custodiante, ou partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto: **(i)** ceder ou originar, direta ou

indiretamente, Direitos Creditórios ao Fundo; (ii) adquirir Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, seja direta ou indiretamente.

**4.5.1.** O Fundo não poderá adquirir ativos de emissão ou que envolvam coobrigação do Administrador, do Gestor, do Custodiante e/ou de partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

**4.5.2.** O Fundo poderá realizar operações com Ativos Financeiros nas quais o Administrador, o Gestor ou empresas a elas ligadas atuem na condição de contraparte, desde que com a finalidade exclusiva de realizar a gestão de caixa e liquidez do Fundo e observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido.

**4.6.** A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios ou Ativos Recuperados será necessariamente alocada em Ativos Financeiros.

**4.7.** Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na B3 ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM, excetuando-se as cotas de fundos de investimento. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante, ou por terceiro contratado, nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável.

**4.8.** O Fundo não poderá adquirir Direitos Creditórios representados por Warrants Agropecuários ou quaisquer outros ativos passíveis de liquidação não financeira, ressalvada a possibilidade substituição do Direito Creditório, bem como de seu pagamento por meio da cessão ou endosso de novo Direito Creditório, desde que observados os Critérios de Elegibilidade, demais disposições deste Regulamento e a regulamentação aplicável.

**4.9.** Sem prejuízo da Política de Investimento do Fundo prevista neste Capítulo IV, poderão eventualmente compor a carteira de investimento do Fundo imóveis, participações acionárias, bens móveis em geral, produtos agrícolas, direitos disponíveis, dentre Ativos Financeiros que não os Ativos (“Ativos Recuperados”), em decorrência, exclusivamente, dos procedimentos judiciais ou extrajudiciais envolvidos na recuperação dos Direitos Creditórios Elegíveis, seja por força de (i) expropriação de ativos; (ii) excussão de garantias, (iii) dação em pagamento, (iv) conversão, ou (v) adjudicação ou arrematação de bem penhorado pelo Fundo.

**4.9.1.** No caso do item 4.9 deste Regulamento, o Gestor deverá envidar seus melhores esforços para liquidar os Ativos Recuperados da forma mais eficaz, sempre levando em consideração sua natureza, valor intrínseco e liquidez, cabendo ao Gestor enviar ao Administrador relatório que demonstre os seus esforços na tentativa de alienação dos Ativos Recuperados.

**4.9.2.** Os Ativos Recuperados, embora possam integrar a carteira do Fundo, não serão, sob qualquer hipótese, adquiridos como parte da Política de Investimento do Fundo, de forma que apenas serão de sua propriedade exclusivamente em decorrência dos procedimentos de recuperação de que trata o item 4.9 deste Regulamento.

**4.10.** Os percentuais de composição da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

**4.11.** As aplicações do Fundo não contam com garantia do Administrador, do Gestor, do Fundo ou do FGC.

## **CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**5.1.** Sem prejuízo do disposto no item 5.2 abaixo o Fundo somente poderá adquirir os Direitos Creditórios que atendam cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade, a serem verificados e validados pelo Custodiante, previamente à cessão e na respectiva Data de Aquisição, de modo que apenas são passíveis de aquisição pelo Fundo os Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição:

- (i)** sejam representados em moeda corrente nacional;
- (ii)** a natureza ou característica essencial dos Direitos Creditórios deverá permitir o seu registro contábil e a sua custódia pelo Custodiante, de acordo com os procedimentos operacionais e contábeis praticados pelo Custodiante;
- (iii)** sejam representados por: **(a)** Debêntures; **(b)** Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA); **(c)** Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI); **(d)** Notas Promissórias (NP); **(e)** Notas de Crédito à Exportação (NCE); **(f)** Cédulas de Crédito à Exportação (CCE); **(g)** Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI); **(h)** Cédulas Imobiliárias Rurais (CIR); **(i)** Cédula de Crédito Rural (CCR); **(j)** CPR Financeiras (CPR-F); **(k)** Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário (CDA/WA), não admitida a aquisição de Warrant Agropecuário isoladamente; **(l)** Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA); **(m)** Certificados de Depósito Bancário Vinculadas (CDV-V); **(n)** Certificados de Depósito Bancário (CDB); **(o)** Letras Financeiras (LF), incluindo, sem se limitar a, as Letras Financeiras Elegíveis - Nível II e as Letras Financeiras Elegíveis - Capital Complementar; **(p)** Letra Imobiliária Garantida (LIG); **(q)** Letra de Crédito Imobiliário (LCI); **(r)** Letras de Crédito do Agronegócio (LCA); **(s)** Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE); **(t)** Recibo de Depósito Bancário (RDB); **(u)** Letra de Câmbio (LC); **(v)** Letras Hipotecárias (LH); **(w)** Letra de Arrendamento Mercantil (LAM); **(x)** Cédula de Crédito Bancário (CCB); ou **(y)** Certificado de Cédula de Crédito Bancário (CCCB).
- (iv)** estejam depositados para negociação em mercado organizado, nos termos da Instrução CVM nº 461, de 23 de outubro de 2007, conforme alterada.

**5.2.** Para fins da verificação pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade, será considerado o Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição.

**5.3.** Na hipótese de o Direito Creditório elegível perder qualquer Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra o Custodiante, o Administrador e/ou o Gestor.

**5.4.** A Gestora se obriga a realizar análise cadastral e de crédito dos Devedores e/ou dos Cedentes que venham a ser contrapartes do Fundo, conforme aplicável, previamente à aquisição de Direitos Creditórios. A Gestora enviará ao Custodiante, com 1 (um) Dia Útil de antecedência da Data de Aquisição, a relação dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo para que o Custodiante proceda à verificação do enquadramento de tais Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade.

**5.5.** Quando aplicável, o Agente de Cobrança será responsável por verificar o cumprimento, pelos Cedentes, da obrigação de notificar os Devedores, conforme aplicável, devendo notificar os respectivos Devedores acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo caso o Cedente não o tenha feito.

## **CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS**

**6.1.** A cessão ou subscrição dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de instrumento por escrito, assinado pelo Gestor, na qualidade de representante do Fundo para tal fim, o qual poderá ser apresentado aos respectivos juízos de forma a salvaguardar os direitos, as garantias e as prerrogativas do Fundo e de seus Cotistas.

**6.2.** O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente poderá liquidar as operações de compra de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos neste Regulamento desde que, computada *pro forma* a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios em moeda corrente nacional, o Fundo atenda às reservas referidas no inciso (ii) do item 15.1 deste Regulamento e à Alocação Mínima de Investimento, definida no item 4.3 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO E DA GESTÃO DO FUNDO**

**7.1.** O Fundo será administrado pelo Administrador, que será responsável pelas atividades de administração do Fundo, nos termos dos Artigos 33 e seguintes da Instrução CVM 356.

**7.1.1.** O Administrador declara que é instituição financeira participante aderente ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (“FATCA”) com *Global Intermediary Identification Number* (“GIIN”).

**7.2.** A atividade de gestão da carteira do Fundo e de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será exercida pelo Gestor e Agente de Cobrança.

**7.3.** Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, o Administrador e o Gestor têm a obrigação de aplicar em sua administração e gestão os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.

**7.4.** O Administrador, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Ativos que integrem a sua carteira.

**7.5.** Observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas, o Administrador pode: (i) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e dos Cotistas, observado o disposto no Capítulo XXI deste Regulamento e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas

asseguradas ao Fundo; (ii) exercer todos os direitos inerentes aos Ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação; e (iii) iniciar diretamente ou por terceiros contratados quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas, observado o disposto no Capítulo XXI deste Regulamento.

**7.6.** Sem prejuízo de seus outros deveres e responsabilidades, o Administrador deverá colocar à disposição, em sua sede, cópias das demonstrações financeiras auditadas do Fundo e dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM.

**7.7.** É vedado ao Administrador: (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos; (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Cotas deste.

**7.8.** É vedado ao Administrador, em nome do Fundo: (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos; (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento e na Instrução CVM 356; (iii) aplicar recursos diretamente no exterior; (iv) adquirir Cotas do próprio Fundo; (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão de descumprimento de normas previstas neste Regulamento e/ou na legislação aplicável; (vi) vender Cotas do Fundo a prestação; (vii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; (viii) fazer, em materiais de propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro; (ix) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356 e no item 7.11 deste Regulamento; (x) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos; (xi) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos; e (xii) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

**7.9.** O diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Cotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os critérios de composição da carteira previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente, que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas à taxa de mercado, e em consonância com as demais informações de que tratam os incisos do parágrafo terceiro do Artigo 8º da Instrução CVM 356.

**7.10.** O Administrador declara que, no exercício de suas funções, não se encontra em conflito de interesses com o Gestor, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.

**7.11.** Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações do Gestor: (i) transferir ao Fundo qualquer vantagem ou benefício obtido como resultado de sua condição de gestor do Fundo, que não seja expressamente prevista neste Regulamento; (ii) adquirir, por conta e ordem do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis, sempre observados os termos e condições deste Regulamento; (iii) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios Elegíveis, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de constituição, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Recuperados integrantes da carteira do Fundo; (iv) celebrar quaisquer acordos que determinem o recebimento de Ativos Recuperados como forma de pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis, conforme previsto na Cláusula 4.9 deste Regulamento; (v) definir a alocação dos recursos de titularidade do Fundo em Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento definida no presente Regulamento; (vi) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Ativos Financeiros, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (vii) exercer, em nome do Fundo, todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação.

## **CAPÍTULO VIII – DAS TAXAS DE ADMINISTRAÇÃO, PERFORMANCE E CUSTÓDIA**

**8.1.** Pelos serviços de administração, distribuição de Cotas, gestão, controladoria, escrituração e distribuição de Cotas, o Fundo pagará a Taxa de Administração correspondente ao somatório dos seguintes montantes:

- (i)** 0,17% (zero inteiro e dezessete centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o Patrimônio Líquido, observado o valor mínimo de: **(a)** R\$ R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) mensais do 1º (primeiro) ao 12º (décimo segundo) mês contado a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas (inclusive); e **(b)** R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a partir do 13º (décimo terceiro) contado a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas (inclusive), atualizado pela variação positiva do IGP-M a cada período de 12 (doze) meses, contados a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de Cotas (inclusive); e
- (ii)** 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o Patrimônio Líquido.

**8.1.2.** A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil à razão de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos) com base no valor do Patrimônio Líquido do Dia Útil anterior, e paga mensalmente no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês calendário vencido.

**8.1.3.** A Taxa de Administração não inclui os demais Encargos do Fundo, conforme previstos no item 18.1 abaixo, a serem debitadas do Fundo pelo Administrador.



**8.1.4.** O Administrador pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

**8.2.** Será cobrada do Fundo Taxa de Performance, a ser paga pelo Fundo diretamente ao Gestor, baseada na valorização das Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, correspondente a 15% (quinze por cento) da variação do Valor Unitário das Cotas que exceder a 100% (cem por cento) da Taxa DI, já deduzidos os demais Encargos do Fundo, conforme descritos no Capítulo XVIII abaixo, inclusive a Taxa de Administração, observado o disposto nos itens 8.2.1 e 8.2.2 abaixo.

**8.2.1.** Para fins do cálculo da Taxa de Performance, o Valor Unitário da Cota no momento de apuração será comparado à Cota Base, atualizada pela Taxa DI no período, segregando-se cada aplicação realizada, nos termos do Art. 87, inciso II, da Instrução CVM 555 (método do passivo).

**8.2.2.** A Taxa de Performance será calculada e provisionada diariamente, por Dia Útil, sendo efetivamente apurada no último Dia Útil dos meses de junho e dezembro de cada ano, ou quando de da conversão da Cota para fins de resgate, nos termos do item 12.4.3 abaixo, e paga em até 10 (dez) Dias Úteis de referida apuração.

**8.2.3.** É vedada a cobrança da Taxa de Performance quando o Valor Unitário da Cota for inferior à Cota Base.

**8.2.4.** Pelos serviços de custódia qualificada dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros será devida pelo Fundo ao Custodiante, o montante anual máximo equivalente a 0,03% (três centésimos por cento) ao ano aplicado sobre o Patrimônio Líquido, calculado segundo os mesmos critérios estabelecidos para a Taxa de Administração, nos termos deste Capítulo.

**8.3.** Não poderão ser cobradas dos Cotistas quaisquer outras taxas, tais como taxa de ingresso e/ou taxa de saída.

## **CAPÍTULO IX – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DO ADMINISTRADOR E DO GESTOR**

**9.1.** A substituição do Administrador e/ou do Gestor, no curso de Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, somente poderá ser aprovada mediante deliberação dos Cotistas.

**9.2.** O Administrador poderá, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de 10 (dez) dias ou outro prazo conforme determinado pela regulamentação aplicável editada pela CVM, contado da data em que os Cotistas seja comunicado da decisão do Administrador, nos termos deste item 9.2.

**9.2.1.** Caso os Cotistas não indique instituição substituta no prazo de 180 (cento e oitenta) dias indicado no item 9.2 deste Regulamento, o Administrador convocará uma Assembleia Geral para deliberar sobre a liquidação do Fundo e comunicará o evento à CVM. Caso não haja quórum suficiente para deliberar sobre a liquidação do Fundo, o Administrador procederá automaticamente à liquidação do Fundo.



**9.2.2.** Sem prejuízo do disposto no item 9.2 deste Regulamento, o Administrador poderá renunciar às suas funções, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, caso os Cotistas não aprove a emissão e integralização da Classe Específica, quando tal emissão for necessária nos termos do item 20.1 deste Regulamento.

**9.3.** Na hipótese de substituição ou renúncia do Administrador e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo IX, o Administrador continuará obrigado a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos contados da data da Assembleia Geral que aprovar a substituição do Administrador ou em prazo inferior caso assim seja deliberado pelos Cotistas no curso da Assembleia Geral convocada nos termos do item 9.2 deste Regulamento.

**9.4.** O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembleia Geral, realizada nos termos do item 9.2 deste Regulamento, ou outro prazo aprovado pelos Cotistas, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento. A entrega dos documentos e informações aqui mencionados deverá ocorrer de acordo com o procedimento previsto e aprovado pelos Cotistas na referida Assembleia Geral.

**9.5.** Em caso de renúncia do Gestor, devem ser igualmente observados os procedimentos descritos nos itens 9.3 e 9.4 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO X – DO CUSTODIANTE E DO AGENTE ESCRITURADOR**

**10.1.** As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, que será responsável pelas atividades descritas no Artigo 38 da Instrução CVM 356.

**10.2.** Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM 356, o Custodiante, será responsável pelas seguintes atividades: (i) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecido neste Regulamento; (ii) durante o funcionamento do Fundo, em periodicidade trimestral, verificar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis, admitindo-se sua verificação por amostragem nas hipóteses e segundos os parâmetros previstos neste Regulamento, observada a regulamentação aplicável; (iii) fazer a custódia e a guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Elegíveis, podendo, para tanto, valer-se da prerrogativa do §6º do Artigo 38 da Instrução CVM 356, , observado ainda que os Direitos Creditórios Elegíveis serão registrados em sistema de registro, custódia e liquidação financeira, mantido pela B3; (iv) colocar à disposição do Gestor, diariamente, relatórios para apuração da Alocação Mínima de Investimento; (v) movimentar as contas correntes e de depósitos de titularidade do Fundo; (vi) receber e verificar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis, bem

como fazer a guarda e custódia física ou escritural, dos documentos a seguir relacionados: (a) extratos das contas correntes e de depósitos de titularidade do Fundo; (b) cópias, conforme o caso, dos instrumentos formalizando a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis dos Cedentes para o Fundo, e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade; e (c) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; (vii) receber e verificar, nos termos da legislação aplicável, os Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido confiados; (viii) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos Creditórios Elegíveis, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso para a Empresa de Auditoria e órgãos reguladores; (ix) cobrar e receber, em nome do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos Direitos Creditórios Elegíveis e/ou aos Ativos Financeiros, depositando os valores recebidos diretamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo ou conta vinculada (*escrow account*), aberta em instituições financeiras previamente aprovadas pelo Gestor; e (x) efetuar a liquidação física e financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observadas as instruções passadas pelo Administrador e os procedimentos definidos neste Regulamento e no respectivo instrumento de cessão, conforme o caso.

**10.3.** O Custodiante deverá realizar a verificação dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, de forma individualizada e integral, na Data de Aquisição.

**10.4.** Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios integrantes da Carteira inadimplidos e/ou substituídos num dado trimestre serão, no referido trimestre, objeto de verificação individualizada e integral pelo Custodiante ou terceiro por ele contratado.

**10.5.** Eventuais vícios verificados nos Documentos Comprobatórios que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios serão comunicados por escrito pelo Custodiante ao Administrador em até 5 (cinco) Dias Úteis da sua verificação, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

**10.6.** Sem prejuízo de sua responsabilidade, o Custodiante poderá contratar prestadores de serviço para a verificação de lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis referida no inciso (ii) do item 10.2 deste Regulamento, e para guarda da documentação de que tratam os incisos (iii) e (viii) do item 10.2 deste Regulamento, observados os termos e condições da legislação específica.

**10.7.** Caso o Fundo passe a ter prestadores de serviço contratados pelo Custodiante, nos termos do parágrafo sexto do artigo 38 da Instrução CVM 356, eles não poderão ser originadores ou o Cedentes dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Gestor, ou as partes a eles relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

**10.8.** O Custodiante dispõe de regras e procedimentos adequados, por escrito e passíveis de verificação que lhe permitirão o efetivo controle dos terceiros habilitados contratados para a custódia física dos Documentos Comprobatórios e verificação do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do Fundo com relação à guarda, conservação e movimentação dos Documentos Comprobatórios sob sua guarda, bem como para diligenciar o cumprimento das obrigações nos termos deste Regulamento e dos contratos a serem firmados com tais prestadores

de serviços. Tais regras e procedimentos encontram-se descritos no website do Custodiante ([www.btgpactual.com.br](http://www.btgpactual.com.br)).

**10.9.** No exercício de suas respectivas funções, o Administrador está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Fundo, a: (i) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na B3 ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo BACEN ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento; (ii) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Ativos Financeiros; (iii) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e Encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e (iv) somente acatar ordens de pessoas autorizadas do Administrador, observadas as competências definidas neste Regulamento.

**10.10.** As atividades de escrituração das Cotas e controladoria de passivo do Fundo serão exercidas pelo Administrador, nos termos da Instrução CVM 356.

## **CAPÍTULO XI – DOS FATORES DE RISCO**

**11.1.** Os Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que o Administrador e/ou o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Ademais, o Administrador e/ou o Gestor não poderão ser responsabilizados, entre outros (a) por qualquer depreciação ou perda de valor dos direitos creditórios cedidos ou demais ativos do Fundo; (b) pela inexistência de mercado secundário para os direitos creditórios cedidos ou demais ativos do Fundo; ou (c) por eventuais prejuízos incorridos pelos Cotistas quando do resgate de suas Cotas, nos termos deste Regulamento.

**11.2.** Abaixo estão indicados os principais riscos a que estão sujeitos os investimentos do Fundo:

**11.2.1.** Riscos relativos aos Direitos Creditórios e ao Fundo:

- (i) **Risco de Crédito:** Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal dos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros pelos emissores e coobrigados dos ativos ou pelas contrapartes das operações do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução dos ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar oscilações no preço de negociação dos títulos que compõe a carteira do Fundo. A inadimplência dos Direitos Creditórios poderá afetar a liquidez da carteira do Fundo e, por conseguinte, sua capacidade de realizar os resgates de Cotas em recursos disponíveis nas datas em que forem programadas, podendo provar perdas aos Cotistas.
- (ii) **Risco de Insucesso nos procedimentos de cobrança:** O Fundo está sujeito aos riscos decorrentes da possibilidade de insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis, uma

vez que os dados cadastrais dos Cedentes podem estar desatualizados, incompletos ou inconsistentes quando da cessão ao Fundo e que os Documentos Comprobatórios podem estar incompletos ou ser insuficientes e/ou que os Devedores não tenham capacidade financeira ou liquidez para pagar os Direitos Creditórios Elegíveis.

- (iii) **Riscos Relacionados ao Setor de Atuação dos Cedentes e Devedores:** O setor agropecuário está sujeito a características específicas, inclusive, mas não se limitando a: (i) natureza predominantemente sazonal, com o que as operações são afetadas, substancialmente, pelo ciclo das lavouras; (ii) condições meteorológicas adversas, inclusive secas, inundações, granizo ou temperaturas extremamente altas, que são fatores imprevisíveis, podendo ter impacto negativo na produção agrícola; (iii) incêndios e demais sinistros; (iv) pragas e doenças, que podem atingir de maneira imprevisível as safras; e (v) preços praticados mundialmente, que estão sujeitos a flutuações significativas, dependendo (a) da oferta e demanda globais, (b) de alterações dos níveis de subsídios agrícolas de certos produtores importantes, (c) de mudanças de barreiras comerciais de certos mercados consumidores importantes e (d) da adoção de outras políticas públicas que afetem as condições de mercado e os preços dos produtos agrícolas; (vi) concorrência de commodities similares e/ou substitutivas; e (vii) acesso limitado ou excessivamente oneroso à captação de recursos, além de alterações em políticas de concessão de crédito, tanto por parte de órgãos governamentais como de instituições privadas. A verificação de um ou mais desses fatores poderá impactar negativamente o setor, afetando a adimplência dos Devedores e o valor recuperação para os bens eventualmente dados em garantia do pagamento dos Direitos Creditórios, o que pode prejudicar a rentabilidade do Fundo.
- (iv) **Riscos de Irregularidade na Guarda dos Documentos Comprobatórios:** Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios Elegíveis e aos Ativos Financeiros. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante poderá contratar uma empresa especializada para realizar a verificação do lastro e a guarda dos Documentos Comprobatórios. Ademais, embora o Custodiante tenha o direito contratual de acesso aos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos Creditórios Elegíveis e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios Elegíveis vencidos e não pagos.
- (v) **Riscos de Concentração:** O Fundo poderá investir a totalidade do capital subscrito pelos cotistas em Direitos Creditórios em um único ativo, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em uma única ou em poucas modalidades de ativos. Além disso, não é possível assegurar que a rentabilidade dos Direitos Creditórios será aquela esperada pelo Fundo. Os fatos mencionados acima poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e impactar adversamente a rentabilidade dos Cotistas.
- (vi) **Risco de crédito decorrente do investimento em Direitos Creditórios vencidos:** Consiste no risco dos Direitos Creditórios adquiridos após o respectivo vencimento não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos Devedores. Não é possível garantir em que medida ou em que data os Direitos Creditórios vencidos e não pagos serão adimplidos. O não pagamento,

o pagamento parcial, ou mesmo a demora no pagamento de referidos Direitos Creditórios podem provocar perdas ao Fundo e aos Cotistas.

- (vii) **Insuficiência dos Critérios de Elegibilidade:** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência dos Direitos Creditórios que compõem a Carteira do Fundo depende integralmente, mas não somente, da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.
- (viii) **Inexistência de descrição dos processos de origem dos Direitos Creditórios e das políticas de concessão de crédito pelos Cedentes:** Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios originados por Cedentes distintos, e que cada Direito Creditório terá sido objeto de processos de origem e de políticas de concessão de crédito distintos, não é possível pré - estabelecer, e, portanto, não está contida no Regulamento descrição dos processos de origem e das políticas de concessão dos Direitos Creditórios que serão adquiridos pelo Fundo, tampouco descrição dos fatores de risco específicos associados a tais processos e políticas. Dessa forma, os Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pelo Fundo poderão ser originados com base em políticas de concessão de crédito que não assegurem a ausência de eventuais vícios na sua originação e/ou formalização, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar a recuperação de parte ou da totalidade dos pagamentos referentes aos referidos Direitos Creditórios integrantes da Carteira pelo Fundo.
- (ix) **Possibilidade de aquisição de Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas.** O Fundo, desde que sejam respeitados os limites de concentração previstos neste Regulamento, poderá manter a qualquer tempo em sua carteira, Direitos Creditórios cedidos por Cedentes e/ou devidos por Devedores cujas demonstrações financeiras não sejam auditadas por auditor independente registrado na CVM. Nesse sentido, não haverá verificação independente sobre tais demonstrações financeiras que afirme se estas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as respectivas posições patrimoniais e financeiras, os resultados de suas operações, as mudanças de seus respectivos patrimônios líquidos tampouco as origens e aplicações de seus recursos.
- (x) **Risco de concentração.** O risco da aplicação no Fundo possui forte correlação com a concentração da Carteira do Fundo, sendo que, quanto maior for a concentração da Carteira do Fundo, maior será a chance do Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas.
- (xi) **Patrimônio Líquido negativo.** Os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas de mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, sendo que não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Cotistas. Além disso, as estratégias de investimento adotadas pelo Fundo poderão fazer com que o Fundo apresente Patrimônio Líquido negativo, caso em que os Cotistas poderão ser chamados a realizar aportes adicionais de recursos, de forma a possibilitar que o Fundo satisfaça suas obrigações.

- (xii) **Possibilidade de conflito de interesses entre o Fundo e o Gestor.** A Gestora, por meio de Afiliada, eventualmente possui ou pode vir a oferecer serviços de assessoria aos Cedentes e/ou aos Devedores atinente a financiamentos e captação de recursos nos mercados financeiros e/ou de capitais. Desse modo, em determinadas circunstâncias o Gestor poderá (i) oferecer aos Cedentes alternativas à cessão de Direitos Creditórios ao Fundo que resultem na interrupção da aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios de determinados Cedentes; e/ou (ii) oferecer aos Devedores possibilidades de refinanciamento que resultem no pré-pagamento de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em referidas situações de conflito de interesses, o Fundo poderá estar exposto a um agravamento dos riscos descritos nos itens (o) e (p) abaixo, respectivamente.
- (xiii) **Originação dos Direitos Creditórios.** A rentabilidade e a existência do Fundo estão condicionadas **(a)** à sua capacidade de encontrar Direitos Creditórios que sejam elegíveis nos termos deste Regulamento, em volume e taxa suficientes para possibilitar a remuneração das Cotas, conforme o caso; e **(b)** ao interesse dos Cedentes em ceder Direitos Creditórios ao Fundo.
- (xiv) **Risco de pré-pagamento dos Direitos Creditórios.** A ocorrência de pré-pagamentos em relação a um ou mais Direitos Creditórios poderá frustrar a expectativa de rentabilidade futura. A ocorrência de pré-pagamentos (pagamento em data anterior àquela originalmente pactuada) de Direitos Creditórios reduz o horizonte original de rendimentos esperados pelo Fundo de tais Direitos Creditórios, uma vez que o pré-pagamento poderá, se assim permitido pela documentação do Direito Creditório ou, conforme o caso, pela legislação aplicável, ser realizado pelo valor de emissão do Direito Creditório atualizado até a data do pré-pagamento pela taxa de juros pactuada entre os Cedentes e os Devedores de tais Direitos Creditórios, de modo que os juros remuneratórios incidentes desde a data da realização do pré-pagamento até a data de vencimento do respectivo Direito Creditório deixam de ser devidos ao Fundo.

#### 11.2.2. Riscos relativos ao Mercado:

- (i) **Risco de Liquidez:** Consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses bens e direitos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos bens e direitos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos bens e direitos, que podem, inclusive, obrigar o Administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates aos Cotistas do Fundo.
- (ii) **Risco de Mercado:** Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados bens e direitos sejam avaliados por



valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas aos Cotistas.

### 11.2.3. Outros Riscos:

- (i) **Riscos Macroeconômicos:** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelos Cotistas, do valor de principal de suas aplicações.
- (ii) **Risco de Descasamento de Taxas de Juros:** Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas no instrumento que deu origem aos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos.
- (iii) **Documentos Comprobatórios.** O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. O descumprimento do dever de guarda e conservação poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A verificação do lastro dos Direitos Creditórios será realizada pelo Custodiante ou por terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, ou terceiro por este contratado, sob sua responsabilidade, quando do recebimento da documentação original que comprove o lastro. Uma vez que referida verificação será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e de forma não integral, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades que obstem o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios.

Os Documentos Comprobatórios serão mantidos em uma única via, inexistindo cópias de segurança, de modo que, na hipótese de seu extravio ou destruição, o Fundo poderá ter dificuldades para comprovar, perante os Devedores e/ou ao judiciário, a existência dos Direitos Creditórios aos quais se referem. O Custodiante, o Administrador e o Gestor não são responsáveis por eventuais prejuízos incorridos pelo Fundo em razão da impossibilidade de cobrança dos Direitos Creditórios decorrentes do extravio ou destruição dos referidos Documentos Comprobatórios, exceto em caso de dolo ou culpa.
- (iv) **Inexistência de processos de cobrança pré-estabelecidos.** O Fundo poderá contratar um ou mais agentes de cobrança e/ou assessores legais para a cobrança dos ativos de crédito inadimplidos e estabelecer diferentes estratégias para a cobrança dos Direitos Creditórios. Dessa forma, não é possível pré-estabelecer e, portanto, não está contida no Regulamento, descrição de processo de cobrança dos Direitos Creditórios, o qual será acordado caso a caso entre o Fundo e o Agente de Cobrança, de acordo com a natureza e as características específicas de cada Direito Creditório. Além disso, não é possível assegurar que os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios a vencer ou dos Direitos Creditórios



inadimplidos garantirão o recebimento pontual e/ou integral dos pagamentos referentes aos Direitos Creditórios. Adicionalmente, o Fundo, o Administrador, o Gestor, o Custodiante, e os demais prestadores de serviço eventualmente contratados pelo Fundo não assumem qualquer responsabilidade pelo cumprimento, pelos agentes de cobranças, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios, de acordo com os termos e condições que venham a ser acordados com o Fundo.

- (v) **Demais Riscos:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (default), mudança nas regras aplicáveis aos bens e direitos, mudanças impostas aos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo e alteração na política monetária.

**11.3.** Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, ao Administrador, ao Gestor e/ou a qualquer de suas Afiliadas, qualquer multa ou penalidade caso os Cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante da aquisição de suas Cotas, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

## **CAPÍTULO XII – DAS CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE**

**12.1.** As Cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido e serão escriturais e nominativas.

**12.1.1.** As Cotas terão o seu Valor Unitário calculado e divulgado no fechamento de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Regulamento.

### *Características das Cotas Seniores*

**12.2.** As Cotas Seniores possuem as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (i) têm prioridade de resgate em relação às Cotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (ii) conferem direito de voto com relação a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada cota sênior corresponderá 1 (um) voto;
- (iii) seu Valor Unitário será calculado e divulgado no fechamento de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Regulamento;
- (iv) os direitos dos titulares das Cotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, são pari passu entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Seniores, ressalvadas os prazos para resgate previstos neste Regulamento; e

- (v) possuem como rentabilidade-alvo o Benchmark.

**12.2.1.** O Benchmark tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada para as Cotas Seniores, e não representa e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da Carteira assim permitirem.

**12.2.2.** Não se admitirá a subdivisão da **Classe** de Cotas Seniores em séries, nos termos do Artigo 2º, inciso XIII, da Instrução CVM 356, visto que o Fundo é constituído como condomínio aberto.

#### Características das Cotas Subordinadas

**12.3.** As Cotas Subordinadas, a serem subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional exclusivamente por fundos de investimentos geridos pelo Gestora, em montante que garanta, no mínimo (i) o atendimento da Razão de Garantia; e (ii) a constituição da Reserva de Despesas, apresentam as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (i) serão subordinadas às Cotas Seniores para efeito de resgate e distribuição dos rendimentos do Fundo;
- (ii) somente poderão ser resgatadas após o resgate da totalidade das Cotas Seniores, em observância à Razão de Garantia, observadas as demais disposições deste Regulamento;
- (iii) seu Valor Unitário será calculado e divulgado no fechamento de todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização e resgate, observados os critérios definidos neste Regulamento;
- (iv) deverão atender à Razão de Garantia;
- (v) conferem direito de voto com relação a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Cota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e
- (vi) os direitos dos titulares das Cotas Subordinadas contra o Patrimônio Líquido, são pari passu entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Cotas Subordinadas, ressalvadas os prazos para resgate previstos neste Regulamento.

#### Vedação à negociação e inexistência de classificação de risco

**12.4.** As Cotas não podem ser objeto de cessão ou transferência, salvo nos casos permitidos pela regulamentação aplicável, incluindo: (i) decisão judicial ou arbitral; (ii) operações de cessão fiduciária; (iii) execução de garantia; (iv) sucessão universal; e (v) dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens.

**12.4.1.** Conforme faculta o Artigo 23-A da Instrução CVM 356, as Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas não serão classificadas por agência classificadora de risco em funcionamento no País, uma vez que cada uma das referidas classes de Cotas será destinada à aplicação exclusivamente a um único Cotista ou a grupo de Cotistas vinculados por interesse único e indissociável.

#### Razão de Garantia

**12.5.** Desde a Data da 1ª Integralização de Cotas Seniores e enquanto houver Cotas Seniores Em Circulação, a Razão de Garantia deverá ser igual ou superior a 10% (dez por cento).

**12.5.1.** A Razão de Garantia será apurada diariamente todo Dia Útil pelo Administrador.

**12.5.2.** Sempre que se fizer necessário para o reestabelecimento das Razões de Garantia e/ou da Reserva de Despesas, o Fundo poderá emitir novas Cotas Subordinadas, por ato unilateral do Administrador, comunicando os titulares de Cotas Subordinadas para que as subscrevam e integralizem na proporção do número de Cotas Subordinadas detidas.

#### Emissão e Distribuição de Cotas

**12.6.** O Administrador poderá emitir novas Cotas a qualquer momento, inclusive para: (i) a aquisição ou à recuperação de Direitos Creditórios; (ii) que o Fundo possa fazer frente às suas obrigações, incluindo, sem se limitar, os Encargos do Fundo, nos termos do item 18.1 abaixo, observados os procedimentos do Capítulo XX abaixo; e/ou (iii) o reestabelecimento da Razão de Garantia.

**12.6.1.** Na emissão das cotas do Fundo deve ser utilizado o Valor Unitário relativo ao Dia Útil da efetiva disponibilidade dos recursos para o Administrador (D+0), desde que respeitado o horário máximo fixado, periodicamente, pelo Administrador.

**12.7.** As Cotas serão objeto de distribuição, pelo Administrador, realizada nos termos do Artigo 21, *caput*, da Instrução CVM 356, a qual independe de prévio registro perante a CVM.

#### Subscrição e Integralização das Cotas do Fundo

**12.8.** A subscrição e integralização das Cotas serão realizadas exclusivamente por Investidores Qualificados, nos termos da regulamentação aplicável, que sejam fundos geridos pelo Gestor, que estejam vinculados por interesse único e indissociável, subscrevam termo de adesão declarando ter pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, inclusive da possibilidade de perda total do capital investido, e da ausência de classificação de risco das cotas subscritas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Cotas. Novas emissões de Cotas poderão ser realizadas pelo Administrador independentemente de aprovação da Assembleia Geral, desde que observada a Razão de Garantia e demais disposições deste Regulamento.

**12.8.1.** Os Cotistas, por ocasião de seu ingresso no Fundo, (i) receberão exemplar deste Regulamento e do Prospecto, (ii) assinará Termo de Adesão, declarando estar ciente, dentre outras informações: (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à Política de Investimento, e às Taxa de Administração e da Taxa de Performance; (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e (c) da possibilidade de perdas

decorrentes das características dos Ativos integrantes e/ou que venham a integrar a carteira do Fundo; e (iii) assinará a Declaração de Condição de Investidor Qualificado.

**12.8.2.** A qualidade de Cotista caracterizar-se-á: (i) pela validação do Administrador de toda a documentação cadastral dos Cotistas em conjunto com o Termo de Adesão devidamente assinados; e (ii) pela abertura de conta de depósitos em nome dos Cotistas.

**12.8.3.** O extrato da conta de depósito, emitido pelo agente escriturador, das Cotas, será o documento hábil para comprovar: (a) a obrigação do Administrador, perante os Cotistas, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (b) a propriedade do número de Cotas pertencentes a cada Cotista.

**12.8.4.** As Cotas serão emitidas, subscritas e integralizadas à vista, pelo respectivo Valor Nominal Unitário apurado no Dia Útil em que se realizar o respectivo aporte de recursos pelo Cotista.

**12.8.5.** A integralização das Cotas do Fundo será efetuada (i) por meio de sistema administrado e operacionalizado pela B3; (ii) por meio de transferência eletrônica disponível – TED do respectivo valor para a conta corrente do Fundo a ser indicada pelo Administrador; ou (iii) por outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN e aprovado pelo Administrador. A confirmação da integralização de Cotas do Fundo está condicionada à efetiva disponibilidade pelos Cotistas dos recursos ao Fundo.

**12.8.6.** A aplicação de recursos no Fundo somente será considerada realizada na data do recebimento efetivo da solicitação, o qual deverá ocorrer até às 16:00 (dezesseis) horas. A solicitação de aplicação realizada após às 16:00 (dezesseis) horas será considerada, automaticamente, como solicitada no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente ao do pedido. Os pagamentos de resgates das Cotas serão realizados em moeda corrente nacional, (i) por meio da B3, conforme as Cotas estejam custodiadas na B3; ou (ii) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade dos Cotistas, mediante ordem de pagamento, crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo BACEN.

**12.8.7.** Observado o disposto no item 2.2 deste Regulamento, não há valores mínimos e máximos para movimentações de recursos no Fundo.

**12.8.8.** As Cotas têm o seu valor determinado com base na divisão do valor do Patrimônio Líquido do Fundo pelo número de Cotas integralizadas ao final de cada dia, observadas as normas contábeis aplicáveis ao Fundo e as disposições do presente Regulamento. Assim, o Fundo terá o valor de suas Cotas calculadas diariamente, no fechamento do dia, observado o disposto no item 2.2. acima.

#### Resgate de Cotas Seniores

**12.9.** As Cotas Seniores podem ser resgatadas a qualquer tempo com rendimento, ressalvadas as restrições previstas neste Regulamento e na regulamentação aplicável. Os resgates de Cotas Seniores serão processados da seguinte forma:

- (i) A conversão das Cotas Seniores, assim entendida como a definição do Valor Unitário para efeito do pagamento de seu resgate, será realizada no dia da Data de Solicitação

de Resgate, ou no Dia Útil subsequente, caso tal data não seja considerada Dia Útil (D+0);

- (ii) O resgate de Cotas Seniores será pago no primeiro Dia Útil subsequente à respectiva data de conversão, realizada nos termos do item (i) acima (D+1).

#### Resgate de Cotas Subordinadas

**12.10.** Caso não existam Cotas Seniores em Circulação, os resgates de Cotas Subordinadas serão processados da seguinte forma:

- (i) A conversão das Cotas Subordinadas, assim entendida como a definição do Valor Unitário para efeito do pagamento de resgate, será realizada no 29º (vigésimo nono) dia corrido contado da Data de Solicitação de Resgate, ou no Dia Útil subsequente, caso tal data não seja considerada Dia Útil (D+29);
- (ii) O resgate de Cotas Subordinadas será pago no primeiro Dia Útil subsequente à respectiva data de conversão, realizada nos termos do item (i) acima (D+1).
- (iii) Caso existam Cotas Seniores em Circulação e desde que a Razão de Subordinação encontre-se atendida, os resgates de Cotas Subordinadas solicitados serão processados da seguinte forma: Após considerados *pro forma* os pedidos de resgate de Cotas, de ambas as classes, realizados em determinada Data de Solicitação de Resgate, caso o Administrador verifique que a Razão de Garantia permanece atendida, o Administrador, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados de tal Data de Solicitação de Resgate comunicará os titulares de Cotas Seniores a respeito do pedido resgate de Cotas Subordinadas, informando o valor e a data pretendida de realização do resgate de Cotas Subordinadas;
- (iv) Uma vez realizado pedido de resgate de Cotas Subordinadas e enquanto vigorar o disposto no Art. 18-A da Instrução CVM 356, cada titular de Cotas Seniores poderá, independentemente da realização da comunicação pelo Administrador referida no item (i) acima:
  - a. requerer o resgate de suas Cotas Seniores no prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de comunicação pelo Administrador referida no item (i) acima ou no Dia Útil subsequente, caso tal data não seja considerada Dia Útil, sendo que referidos pedidos de resgate de Cotas Seniores serão processados conforme os prazos de conversão e pagamento referidos no item 12.9 acima, a partir das respectivas Datas de Solicitação de Resgate; e/ou
  - b. comunicar ao Administrador que não exercerão o direito de resgate previsto no item “a”, sem prejuízo do direito regular de resgate previsto no item 12.9 acima, com relação à totalidade ou a apenas parcela das Cotas Seniores por eles detidas.

- (v) Uma transcorrido o prazo previsto no item 12.11(ii)a acima ou uma vez recebidas as manifestações dos Cotistas, nos termos dos itens “a” e “b” acima, relativas à totalidade das Cotas Seniores, o que ocorrer primeiro, serão então processados os resgates de Cotas Subordinadas realizados nos termos do item (i) acima, desde que observando-se os seguintes prazos de conversão e pagamento:
- a. a conversão das Cotas Subordinadas, assim entendida como a apuração do Valor Unitário da Cota Subordinada para efeito do pagamento de resgate, será realizada no 1º (primeiro) dia corrido contado de referida Data de Solicitação de Resgate, ou no primeiro Dia Útil subsequente a este, caso tal dia não seja um Dia Útil (D+1); e
  - b. o resgate de Cotas Subordinadas será pago no primeiro Dia Útil subsequente à respectiva data de conversão, realizada nos termos do item “a” acima (D+1).

**12.10.2.** Admite-se que os pedidos de resgate de Cotas Subordinadas sejam acompanhados das comunicações de titulares de Cotas Subordinadas referidas no item 12.11(ii) acima, manifestando-se sobre referido pedidos de resgate de Cotas Subordinadas.

**Outras disposições sobre o resgate e a amortização de Cotas**

**12.11.** Quando a data estipulada para pagamento de resgate cair em dia que não seja Dia Útil, tal pagamento será efetuado no primeiro Dia Útil seguinte.

**12.12.** O resgate da totalidade de Cotas Seniores não impede a emissão posterior de novas Cotas Seniores, independentemente da realização de Assembleia Geral.

**12.13.** No âmbito de processo de liquidação antecipada descrito no Capítulo XVII abaixo, os Cotistas poderão receber Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros no resgate de suas Cotas.

**12.14.** No caso de fechamento dos mercados ou em casos excepcionais de inadimplência e/ou iliquidez dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam alterar desfavoravelmente o tratamento tributário aplicável ao Fundo, é permitido ao Administrador declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo certo que, tanto por ocasião do fechamento do Fundo como por ocasião de sua posterior abertura, o Administrador deverá proceder à imediata divulgação de fato relevante.

**12.15.** Caso o Fundo permaneça fechado por período superior a 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, o Administrador convocará, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, para realização em até 15 (quinze) dias contados da data da convocação, Assembleia Geral para deliberar sobre as seguintes possibilidades: (a) substituição do Administrador, do Gestor ou de ambas; (b) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgate; (c) possibilidade do pagamento de resgate em Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros; (d) cisão do Fundo; e (e) liquidação antecipada do Fundo.

**12.16.** As Cotas não poderão ser objeto de amortização.

## CAPÍTULO XIII – ATRIBUIÇÃO DE RESULTADO ÀS COTAS

**13.1.** As Cotas, independentemente da classe, terão seu valor calculado e divulgado pela Administradora todo Dia Útil, no fechamento dos mercados, a partir do Dia Útil seguinte à primeira integralização de Cotas da respectiva classe, até a data de resgate total das Cotas da respectiva classe, ou na data de liquidação do Fundo, conforme o caso.

**13.2.** A partir da data de primeira emissão e integralização de Cotas Seniores, o Valor Unitário das Cotas Seniores, calculado no fechamento de cada Dia Útil, equivalerá ao menor valor entre: (i) o Valor Unitário na data de primeira emissão de Cotas Seniores, atualizado pelo Benchmark, sem solução de continuidade; e (ii) o resultado da divisão do valor do Patrimônio Líquido apurado para o respectivo dia, pelo número de Cotas Seniores em circulação na respectiva data de cálculo.

**13.3.** A partir da data de primeira emissão e integralização de Cotas Subordinadas, seu respectivo Valor Unitário será calculado todo Dia Útil, devendo tal valor corresponder ao valor do Patrimônio Líquido subtraído o valor da totalidade das Cotas Seniores em circulação, se houver, dividido pelo número de Cotas Subordinadas em circulação no respectivo Dia Útil.

**13.4.** Este Regulamento não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente critérios e preferências para distribuição de rendimentos entre as classes de cotas. As Cotas auferirão rendimentos somente se os resultados da carteira do Fundo assim o permitirem.

## CAPÍTULO XIV – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

**14.1.** Enquanto não houver mercado líquido de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, estes serão mensurados a valor justo, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição, atualizados *pro rata temporis* pela mesma taxa de deságio aplicada na sua aquisição ou pela taxa do ativo em si, acrescidos dos respectivos juros e atualização monetária incorridos no período, se houver.

**14.2.** Os Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Administrador em seu Manual de Marcação a Mercado e previstos neste Regulamento. A valorização dos Ativos Financeiros, públicos ou privados, que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas nos mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do BACEN e da CVM.

**14.3.** As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Ativos Financeiros serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos na Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011, bem como processos registrados no Manual de Provisionamento do Administrador e demais regras aplicáveis. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.



## **CAPÍTULO XV – DA ASSEMBLEIA GERAL**

**15.1.** Compete privativamente à Assembleia Geral: (i) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento; (ii) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e do Gestor, observados os termos e condições deste Regulamento; (iv) deliberar sobre a elevação ou alteração dos critérios da Taxa de Administração e/ou da Taxa de Performance, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pelo Administrador (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e (vi) deliberar sobre a nomeação de representante dos Cotistas, se houver, nos termos do item 14.11 deste Regulamento.

**15.2.** Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembleia Geral, nos termos deste Regulamento e da regulamentação em vigor, é de competência privativa da Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre as demonstrações financeiras do Fundo em até 4 (quatro) meses após o término do exercício social a que se referirem.

**15.3.** A Assembleia Geral Extraordinária se instalará, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo exigirem.

**15.4.** O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da divulgação do fato aos Cotistas, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

**15.5.** A convocação da Assembleia Geral far-se-á por meio de envio de correspondência ou e-mail aos Cotistas ou aos seus representantes, cadastrados junto ao Administrador, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Cotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

**15.5.1.** A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

**15.5.2.** A Assembleia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pelo Administrador ou pelos Cotistas, sendo que a convocação para a realização da Assembleia Geral em primeira e segunda convocação poderá ser realizada conjuntamente e na mesma data.

**15.5.3.** O Administrador ou os Cotistas poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

**15.5.4.** A Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias contado de sua convocação.

**15.5.5.** Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quórum de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 7 (sete) dias, contado da data esperada para sua realização em primeira convocação.

**15.6.** A Assembleia Geral será instalada com a presença dos Cotistas, e as deliberações serão tomadas por Maioria Absoluta, correspondendo a cada Cota um voto.

**15.7.** A Assembleia Geral realizar-se-á na sede do Administrador, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora do município da sede do Administrador.

**15.8.** Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

**15.9.** O Cotista também poderá votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, observado o disposto neste Regulamento.

**15.10.** A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, observado o disposto no Artigo 31 da Instrução CVM 356.

## **CAPÍTULO XVI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

**16.1.** Diariamente, a partir da primeira Data de Emissão até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, o Administrador se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência, ressalvado, enquanto em curso um Evento de Avaliação e/ou um Evento de Liquidação, o disposto no Capítulo XVII abaixo:

- (i) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (ii) constituição e/ou recomposição de reserva para o pagamento dos Encargos do Fundo, a ser mantida exclusivamente em Ativos Financeiros, de modo que esta, ao final de cada Dia Útil, seja equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos nos 3 (três) meses calendário imediatamente subsequentes ("Reserva de Despesas");
- (iii) pagamento de resgate de Cotas aos Cotistas dissidentes, nos termos do item 18.6 abaixo;
- (iv) conversão e pagamento de resgates de Cotas Seniores;
- (v) conversão e pagamento de resgates de Cotas Subordinadas, observados os procedimentos deste Regulamento; e
- (vi) aquisição pelo Fundo de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, observando-se a Política de Investimentos.

## **CAPÍTULO XVII – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO**

**17.1.** O prazo de duração do Fundo é indeterminado (“Prazo de Duração”), sendo que o Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto no inciso (ii) do item 14.1 deste Regulamento.

## **CAPÍTULO XVIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO, EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E PROCEDIMENTOS PARA A LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**18.1.** Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, a renúncia do Administrador e/ou do Gestor, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, se consubstanciam em Eventos de Avaliação, podendo ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada pelos Cotistas em Assembleia Geral, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento.

**18.2.** O Administrador deverá, caso ocorra um Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito através de envio de e-mail, de tal fato aos Cotistas ou seus representantes, (ii) suspender a aquisição de Direitos Creditórios; e (iii) convocar a Assembleia Geral, nos termos do inciso (v) do item 14.1 deste Regulamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

**18.3.** Caberá ao Administrador e aos Cotistas definirem os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e os interesses e pretensões dos Cotistas.

**18.4.** As seguintes hipóteses são consideradas Eventos de Liquidação:

- (a) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (b) na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (c) renúncia do Administrador sem que a Assembleia Geral eficazmente nomeie instituição habilitada para substituí-lo, nos termos estabelecidos neste Regulamento;
- (d) por determinação da CVM, em caso de violação de normas legais ou regulamentares;
- (e) sempre que assim decidido pelos Cotistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim;
- (f) intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante, Administrador, ou Gestor, sem a sua efetiva substituição nos termos deste Regulamento;
- (g) se, após 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo não houver atingido a Alocação Mínima de Investimento;

- (h) se durante 3 (três) meses consecutivos o Patrimônio Líquido médio do Fundo for inferior ao definido no Artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 356; e/ou
- (i) caso, por inexistência de recursos líquidos, o Fundo não possa fazer frente aos Encargos do Fundo e/ou às suas obrigações perante terceiros nas respectivas datas de vencimento.

**18.5.** Verificado quaisquer dos Eventos de Liquidação, o Administrador deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens a seguir.

**18.6.** Na hipótese prevista no item 18.5 acima, o Administrador deverá: **(i)** interromper os procedimentos de aquisição de novos Direitos Creditórios e de resgate de Cotas Subordinadas; e **(ii)** convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Cotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, que os cotistas dissidentes solicitem o resgate de suas respectivas Cotas por seu respectivo valor unitário e de acordo com os prazos previstos neste Regulamento.

**18.7.** Caso a Assembleia Geral referida no item 18.6 acima não seja instalada em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer Cotistas, o Administrador poderá adotar os procedimentos descritos nos itens 18.8 e 18.9 abaixo.

**18.8.** Exceto se sanado o Evento de Liquidação em curso e/ou a Assembleia Geral referida no item 18.6 acima determinar a não liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Cotas.

**18.9.** Caso o Fundo não detenha, na data de liquidação antecipada do Fundo, recursos em moeda corrente nacional suficientes para efetuar o pagamento do resgate devido aos Cotistas, as Cotas poderão ser resgatadas mediante a entrega dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira em pagamento aos Cotistas.

## **CAPÍTULO XIX – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

**19.1.** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Performance:

- (i)** taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii)** despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (iii)** despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (iv)** honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- (v)** emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- (vi) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (vii) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- (viii) taxas de custódia de Ativos do Fundo;
- (ix) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, se houver;
- (x) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea do Artigo 14.1 do deste Regulamento;
- (xi) despesas com a contratação do consultor especializado, nos termos do inciso IV do Artigo 38 da Instrução CVM 356; e
- (xii) despesas com a contratação de Agente de Cobrança de que trata o inciso IV do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

**19.2.** Quaisquer despesas não previstas no item 19.1 deste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta do Administrador.

## **CAPÍTULO XX – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**20.1.** O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de Cotas.

**20.2.** Salvo quando outro meio de comunicação com os Cotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Cotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável.

**20.3.** As publicações referidas neste Capítulo XIX do Regulamento deverão ser mantidas à disposição dos Cotistas na sede do Administrador.

**20.4.** O Administrador deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Cotas de sua propriedade e seu respectivo valor, se aplicável; (ii) o valor da Alocação Mínima de Investimento; (iii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (iv) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**20.5.** O Administrador deverá manter disponíveis em sua sede, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, o valor das Cotas e as rentabilidades acumuladas no mês e ano civil a que se referirem.

**20.6.** O Administrador deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

## **CAPÍTULO XXI – DO APORTE DE RECURSOS ADICIONAIS**

**21.1.** O Fundo poderá sofrer perdas em razão da aplicação de seus recursos na forma de sua política de investimentos, havendo a possibilidade de perda total do capital investido pelos Cotistas e ocorrência de patrimônio negativo do Fundo, hipótese em que os Cotistas serão convocados pelo Administrador para realizar aportes adicionais de recursos no Fundo para pagamento Encargos do Fundo.

**21.2.** Caso o Patrimônio Líquido do Fundo seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Cotistas, em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, admitindo-se, exclusivamente nos casos em que o valor das Cotas então existentes for inferior a zero, a emissão de Classe Específica na proporção de suas Cotas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos referidos neste item 20.1 do Regulamento.

**21.3.** Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo XX do Regulamento serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Cotistas, não estando o Administrador, o Gestor, os Cedentes e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo XX do Regulamento.

**21.4.** A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo XX do Regulamento, deverá ser previamente aprovada pelos Cotistas em Assembleia Geral prevista no item 20.1 deste Regulamento. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada, os Cotistas deverá definir na referida Assembleia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Classe Específica, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

**21.5.** O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Cotistas, se possível, quando do resgate da Classe Específica, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo XII deste Regulamento.

**21.6.** Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Administrador antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo XX do Regulamento e da assunção, pelos Cotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

**21.7.** O Administrador, o Gestor, os Cedentes e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Cotistas não aporte os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo XX do Regulamento.

**21.8.** Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo XX do Regulamento, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

## **CAPÍTULO XXII – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**22.1.** O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.

**22.2.** As cessões de Direitos Creditórios Elegíveis realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento, somente poderão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

**22.3.** Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os Encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Cotas.

**22.4.** O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano.

**22.5.** Este Regulamento será regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

**22.6.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2021.

**BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DTVM**